



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 038/2019**

**EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO PARA VENDA DE BENS INSERVÍVEIS (VEÍCULOS)**

**LEILÃO N. 001/2019**

**I – RELATÓRIO:**

Trata-se de análise ordinária de legalidade do procedimento de leilão, cujo objetivo é a alienação de veículos da frota municipal, cuja utilização se mostra inconveniente, tendo em vista a manutenção ocasionada pela alta quilometragem e tempo de utilização pela administração pública.

Pois bem. Dessa forma, passamos a análise de licitude.

**II – DA FUNDAMENTAÇÃO:**

O certame seguiu seu rito regularmente, tendo sido publicado previamente edital, o qual foi submetido a ampla publicidade, conforme comprovantes anexos.

Conforme lista de presença, estiveram presentes:

NOME:	CPF:
CARLOS SIKORA	3723605-5
ANTONIO ZOBOLLI	18865585900
SEBASTIAO RAMOS	72748028953
ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA	007549859-62
LUIZ CARLOS	555437752-79
VALDECI P. DOS SANTOS	011251479-03
RENATO CARLOS LAZZARI	04562625988
PAULO ENRIQUE SOARES	006325599-50
CARLOS E. MONORATO	04382701911
MARCELO FELIX	765858249-20
DARIO FERREIRA	46757023920
RIGARODO DAPRO	03958414966
PENA SRL RIB	
MARIA ENIRA TEREZNA	
JASER EZI DANIZ	039.165.079-31
OLAVO DAFFER	135.040.290-72
FABIANO H. N. ANEZI	093330549-49



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

JONES SILAS L LOURENÇO	088
MARCELO L. DAPPER	
MIGUEL R. SOULA	
JOSÉ SANGI	

A fase de lances seguiu seu percurso regularmente, havendo a arrematação dos veículos abaixo indicados:

VEÍCULOS	PLACA	ANO/MODELO	ARREMATANTE
LOTE 01 - FORD/FIEST A HÁ 1.5 L - 13912	AXQ - 0383	2013/2014	PAULO HENRIQUE GOMES
LOTE 02 - VW/KOMBI - 13913	AUH - 0289	2011/2012	MARCELO FELIX
LOTE 03 - FORD/FIEST A FLEX - 13914	AXN - 0448	2013/2014	CARLOS EDUARDO HONORATO
LOTE 04 - VW/GOL 1.0 GIV - 13915	AUZ - 6776	2012/2012	VANDERLEI MEIRA
LOTE 05 - VW / GOL 1.0 Ecomotion GIV 414 - 13916	ATV - 6923	2011/2011	JOSÉ SANGI
LOTE 06 - VW/GOL 1.0 Ecomotion GIV - 13917	ATJ - 0513	2010/2011	MARIA HELENA GONÇALVES LOURENÇO
LOTE 07 - FIAT/DUCA TO MC TCA MIC - 13918	BAC - 5886	2015/2015	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE
LOTE 08 - GM/KADETT IPANEMA (sucata) - 13919	AGB - 3755	1996/1996	FABIANO HENRIQUE NIEDERMEYR ANEZI
LOTE 09 -	AKJ - 2639	2002/2002	OLAVO DAPPER





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

FIAT/UNO MILLE FIRE (sucata) - 13920			
---	--	--	--

Contudo, após atenta análise da lista de participantes do certame, bem como as guias de pagamento emitidas, pode-se observar que os veículos "Lote 04 VW/GOL 1.0 GIV - 13915 e Lote 06 VW/GOL 1.0 Ecomotion GIV - 13917" foram arrematados por representantes legais, respectivamente os Sr. Marcelo Luciano Dapper e Jones Silas G. Lourenço, entretanto, verifica-se que ambos não apresentaram instrumento de representação mandato/procuração.

Pois bem.

A invalidação dos atos administrativos pode ser feita de duas formas, por meio da revogação ou da anulação no âmbito do processo administrativo previsto no art. 53, da Lei n.º 9.784/1999:

"Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."

A Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - STF consagra a competência judicial para a anulação dos atos administrativos ilegais, dispõe que:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Através do poder discricionário, derivado do princípio da autotutela, cabe a Administração ocasionar determinado processo para revogar determinado ato. A revogação pressupõe um ato legal, mas inoportuno e inconveniente ao interesse coletivo.

Portanto, considerando que os arrematantes dos Lotes 04 e 06 não possuem poderes de representação, se faz necessário a anulação parcial do leilão,



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

especificamente quanto aos lotes indicados, subsistindo as aquisições realizadas sem vícios.

**III – CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, esta procuradoria opina favoravelmente:

- A) Realização da anulação parcial do leilão, especificamente quanto aos Lotes 04 e 06;
- B) Na hipótese dos arrematantes já terem efetuado o pagamento, se faz necessário que a tesouraria realize a restituição administrativamente, a fim de que não haja enriquecimento ilícito da administração, utilizando este parecer como subsídio;
- C) Ainda, sugiro a baixa das guias de recolhimento pelo Departamento de Tributação;
- D) Não obstante, na hipótese dos veículos terem sido retirados, se faz necessário a notificação dos arrematantes para que estes façam a devolução;
- E) Por fim, se faz necessário a designação de novo leilão para alienação dos veículos indicados.

São José das Palmeiras, 08 de agosto de 2019.

  
HERBERT CORREA BARROS

OAB/PR 51.127

ADVOGADO DO MUNICÍPIO